

A EMIGRAÇÃO DO PORTO PARA O BRASIL DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Ricardo Rocha

Introdução

O presente trabalho de investigação, realizado no âmbito do nosso projecto de doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulado “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: entre a implantação da República e o final da Primeira Guerra Mundial (1910-1918)”, tem como principal objectivo dar a conhecer as características da emigração portuguesa para o Brasil nos anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), procurando perceber de que forma o desenrolar do conflito e a participação de Portugal no mesmo afectou o fluxo migratório português em direcção ao território brasileiro, principalmente em termos quantitativos, mas também no que se refere às suas particularidades e dinâmicas intrínsecas.

Os dados aqui apresentados, e que servem de base à nossa análise, foram recolhidos a partir dos livros de registo de passaportes e maços de processos de passaportes existentes no Arquivo Distrital do Porto, acompanhados dos dados oficiais dos Anuários Estatísticos e Demográficos publicados pelo Estado português. Como é sabido, era aos Governos Civis que então competia, como hoje, a emissão de passaportes em Portugal, e a salvaguarda desta preciosa fonte permite-nos recolher uma série de dados de modo a apurar e quantificar com bastante rigor as principais características dos emigrantes e a traçar o seu perfil socioeconómico.

1. A participação de Portugal e Brasil na Primeira Guerra Mundial

Embora o objectivo deste trabalho não seja o de historiar com profundidade a participação de Portugal e Brasil na Primeira Guerra Mundial, torna-se imprescindível estabelecer uma breve cronologia do conflito e do papel nele assumido por ambos os países, de modo a compreender o contexto histórico que envolveu o fenómeno migratório por nós estudado.

Não sendo possível estabelecer uma data precisa para o início da Primeira Guerra Mundial, já que o conflito decorreu de uma série de causas e acontecimentos complexos e diversificados, é relativamente consensual que a “causa próxima” foi o assassinato do arquiduque austro-húngaro Francisco Fernando, em 28 de Junho de 1914, que provocou uma sucessão de declarações de guerra por parte das principais potências europeias, enredadas em complexos sistemas de alianças. Em Agosto do mesmo ano, as hostilidades estavam já abertas, com os primeiros recontros na Europa e em África.

A participação activa de Portugal começa praticamente de imediato, ainda que a título “oficioso”, com o envio de tropas para Angola e Moçambique, logo em Setembro de 1914, de modo a proteger aquelas possessões ultramarinas de uma eventual ofensiva alemã, já que a vontade colonizadora da Alemanha relativamente aos territórios portugueses (e outros) no continente africano vinha já das últimas décadas do século XIX.

A questão da participação ou não de Portugal na Primeira Guerra Mundial dividirá profundamente a sociedade, e em Janeiro de 1915, em reacção a uma política governamental favorável à participação portuguesa no conflito, regista-se um movimento de insubordinação militar, conhecido como Movimento das Espadas, que teve como principal consequência a demissão do Governo liderado por Azevedo Coutinho e a nomeação de Pimenta de Castro como chefe de um Governo ditatorial.

A ditadura conheceria o seu fim poucos meses depois, em Maio de 1915, mas ficava assente a clivagem entre o Partido Democrático, omnipresente na governação de Portugal e favorável à intervenção de Portugal na Grande Guerra, e os principais sectores sociais portugueses, como os monárquicos, a Igreja Católica e franjas significativas do Exército e do operariado, e que tinham na oposição àquela intervenção um ponto comum de luta contra os sucessivos executivos.

Entretanto, quando a Inglaterra, em Fevereiro de 1916, solicita o apresamento de todos os navios germânicos na costa portuguesa, antevia-se uma reacção mais efectiva por parte da Alemanha e, de facto, no mês seguinte, mais precisamente a 9 de Março, o governo alemão declarava oficialmente guerra a Portugal (embora os exércitos de ambos os países estivessem em confronto em África desde 1914).

A 15 de Junho, a Grã-Bretanha convida formalmente Portugal a participar activamente nos combates que então se travavam, e na sequência deste convite, é constituído o Corpo Expedicionário Português, a 22 de Julho, curiosamente, antes mesmo da aceitação formal do convite britânico pelo parlamento luso, que apenas se verificou a 7 de Agosto.

Apesar desta rápida sucessão de eventos, o Corpo Expedicionário Português partirá para a Flandres apenas em Janeiro de 1917, enquanto em Portugal a situação política se agudizava, agravada pelas “aparições de Nossa Senhora” em Fátima,

fenómeno religioso que se inicia a 13 de Maio de 1917 e que se vai repetindo até Outubro do mesmo ano, prontamente aproveitado pelos opositores do regime, que viram aí uma oportunidade imperdível para criticar a República, sob a almofada da religião, congregando um maior apoio popular e conservador.

De forma previsível, o ano de 1917 fecha em Portugal com uma revolução, liderada por Sidónio Pais, que ainda em Dezembro destituiu o Presidente da República, Bernardino Machado, e instaura uma ditadura de direita. Todavia, para desagrado de muitos que o haviam apoiado, Sidónio acabou por manter uma política intervencionista no conflito mundial.

À medida que a Grande Guerra se encaminhava para o seu fim, os embates nas trincheiras intensificavam-se, e a 9 de Abril de 1918, em La Lys, teve lugar o momento mais negro da história da participação portuguesa no conflito. Em cerca de quatro horas, as tropas portuguesas perdem praticamente 7 500 homens.

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial é bem mais tardia, quando comparada com a de Portugal, essencialmente por motivos geoestratégicos. De facto, apenas em Abril de 1917, na sequência do torpedeamento do vapor brasileiro *Paraná* por um submarino alemão, é que o Estado brasileiro decidiu romper relações diplomáticas com a Alemanha.

No mês seguinte, o navio *Tijuca* foi torpedeado perto da costa francesa por um submarino alemão. Em retaliação desta e de outras acções, o Governo brasileiro confiscou 42 navios alemães, e em 26 de Outubro de 1917, o Brasil declarava guerra à aliança germânica.

Da participação militar brasileira na Grande Guerra, destaca-se a constituição, em Janeiro de 1918, da Divisão Naval em Operações de Guerra, composta por dois cruzadores, cinco contratorpedeiros e um rebocador. No mesmo mês, foi enviado um grupo de pilotos aviadores navais e de oficiais do exército brasileiro para a Europa. E em Agosto de 1918, quando o conflito já se aproximava do seu fim, foi enviada uma missão médica brasileira para França, constituída por 86 médicos.

Assim, podemos afirmar que a Primeira Guerra Mundial produziu consequências claramente distintas, até mesmo opostas, no que se refere a Portugal e ao Brasil, decorrentes de múltiplos factores, a começar pela proximidade geográfica de Portugal face ao epicentro do conflito, que conduziu o país a uma participação bem mais activa, por força também das suas alianças e interesses territoriais. Ou seja, um país cuja situação política e económica antes da Guerra já não era a mais favorável, viu quase 200 mil homens serem mobilizados para o conflito, dos quais 10 mil morreram e milhares ficaram feridos, o que tornou a decisão de tomar parte activa na frente de combate cada vez mais impopular.

Do ponto de vista económico, esta participação representou para Portugal o aumento do custo de vida, uma crise de subsistências e um desemprego galopante, o

que desencadeou violentas reacções sociais aproveitadas pela oposição anti-intervencionista. Ao mesmo tempo, os sucessivos governos revelaram-se incapazes de apresentar soluções não só económicas e sociais, mas até do ponto de vista estritamente político, incapazes de aceitarem coligações, cujo corolário foi o notório falhanço da União Sagrada, que tentou infrutiferamente juntar evolucionistas e democráticos, apesar da matriz ideológica tão semelhante.

O País, rural, massivamente analfabeto, pouco industrializado, sofrendo já de uma terrível situação social, económica e financeira, é arrastado para a mais vasta, sofisticada, mortífera e dispendiosa guerra que a humanidade conheceu. Pode-se, por isso, afirmar, que a participação de Portugal na Grande Guerra foi o início do fim da República, ao exacerbar os problemas e as contradições do regime; ao instalar um conflito aberto contra o operariado e contra a Igreja Católica, opondo a aldeia conservadora à cidade laica; e ao precipitar uma crise gigantesca, que era, no fundo, a soma amalgamada de múltiplas crises.

O Brasil, por outro lado, teve, como vimos, uma limitada participação na Grande Guerra, não só por força da distância geográfica relativamente ao epicentro do conflito, mas também pela posição anti-intervencionista de boa parte da população, da falta de uma política externa clara e, como tal, muito hesitante na decisão de participar, e pelo reconhecimento da debilidade da sua infra-estrutura industrial e militar.

E se, num primeiro momento, as exportações brasileiras, muito dependentes do café, caíram bruscamente, o prolongamento do conflito acabou por oferecer boas oportunidades comerciais, devido ao aumento da procura internacional de alimentos e de matérias-primas, o que originou um surto industrial inédito no Brasil. Entre 1914 e 1918, o número de fábricas em território brasileiro quadruplicou e o número de operários duplicou. O mercado interno aumentou enormemente, ao passo que as importações diminuíram.

Até o Tratado de Versalhes acabou por ser bastante mais favorável ao Brasil do que a Portugal, apesar da participação mais activa e dos pesados custos económicos e humanos que o Estado português se viu obrigado a suportar. Enquanto Portugal apenas recuperou o território de Quionga, no norte de Moçambique, que tinha perdido para os germânicos em 1894, o Brasil conseguiu ficar na posse de 70 navios, quase todos alemães, que haviam sido apreendidos em águas brasileiras, e a Alemanha foi obrigada a pagar com juros o valor do café perdido com os navios naufragados.

Em suma, Portugal empobrece e o Brasil enriquece. Em Portugal grassa o desemprego, a fome, a miséria; o Brasil necessita de mão-de-obra imigrante para alimentar o seu crescimento. Em Portugal morre-se de tudo, no Brasil abrem-se as portas a uma vida digna.

Mas afinal, terá a emigração aumentado por força do desespero em Portugal e das promessas no Brasil? Ou reduziu-se em virtude das dificuldades nas comunicações

transoceânicas provocadas pela Grande Guerra e da vontade (e acção) do Governo português? E o contexto bélico e as suas consequências alteraram de algum modo o perfil e as características do emigrante e da emigração face aos anos precedentes? É a estas perguntas que tentaremos responder nos capítulos seguintes.

2. O discurso político

Não sendo este o tema central do presente trabalho, apenas deixaremos nesta ocasião uma sucinta mas paradigmática referência ao discurso político oficial produzido pelo Governo português relativamente à emigração, no período que nos ocupa.

Assim, na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de Fevereiro de 1916, o Ministro do Interior, António Pereira Reis, proferia as seguintes palavras:

“Reconheço a gravidade que tem o problema da emigração para nós, sob o ponto de vista económico e militar, emigração de carácter patológico e feita, não por indivíduos, mas por famílias inteiras, e que é absolutamente lamentável. Devo contudo dizer que nas mãos do Governo e dentro das leis em vigor pouco pode fazer-se para coibir essa emigração. A emigração, que realmente teve uma exacerbação grande há 2 ou 3 anos, diminuiu consideravelmente. Desde que as leis estejam sendo cumpridas e a polícia de emigração tenha instruções apertadas, o Governo não tem maneira de evitar a saída de emigrantes pelas nossas fronteiras, se bem que esteja prescrito em várias circulares e determinações de outra ordem o evitar a emigração clandestina. Devemos fazer votos é por que a nossa situação económica seja melhor, com melhores e maiores condições de vida, porque então a população deixará de ter o estímulo que agora tem para procurar noutros lugares o trabalho onde seja melhor remunerado”¹.

Apesar de breves, estas linhas reúnem uma série de questões que já estavam presentes no discurso político antes da guerra, acompanhadas agora de uma nova preocupação, a necessidade de homens para defender o território nacional. Assim, a emigração é encarada como um grave problema, uma doença, não só para a economia, mas igualmente sob uma perspectiva militar.

Foca o problema da emigração familiar, que arrastava mulheres e crianças, um problema bastante sério para o país, uma vez que além de ficar privado de mão-de-obra e de potenciais militares, via a sua população envelhecer.

Refere que a emigração estava a diminuir, embora mais por força da conjuntura do que por acção governamental, reconhecendo a impotência do Estado para travar

¹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, de 8 de Fevereiro de 1916.

esse fenómeno, já que não podia fazer mais do que legislar, especialmente no sentido de tentar travar a emigração clandestina.

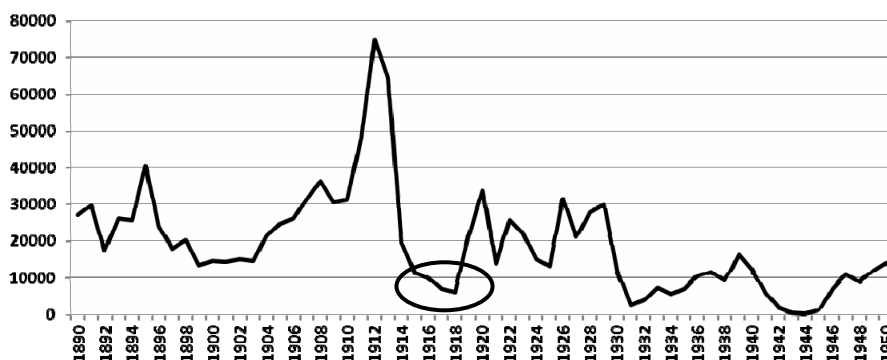
Por fim, admite que a melhor forma de combater o fluxo migratório residia no progresso económico português, por forma a aumentar os salários e melhorar as condições de vida, eliminando assim a primeira motivação dos que partiam para o outro lado do Atlântico.

3. A emigração

Como é facilmente perceptível através da observação do gráfico n.º 1, que apresenta os números da emigração portuguesa para o Brasil entre 1890 e 1950, o período correspondente à Primeira Guerra Mundial é caracterizado por um acentuado decréscimo do fluxo de emigrantes rumo àquele destino, ainda mais notório quando os três anos imediatamente precedentes ao início do conflito (1911-1913) foram precisamente aqueles em que se registaram os maiores volumes da história da emigração portuguesa para o Brasil.

De resto, após a retoma da emigração no pós-Guerra, apenas dois outros eventos com um impacto à escala global, a grande crise capitalista iniciada em 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1949), provocariam uma descida tão significativa nos números da emigração portuguesa para o Brasil. Ou seja, a Primeira Guerra Mundial foi o primeiro fenómeno com repercussões a uma escala verdadeiramente global, cujos efeitos se fizeram sentir aos mais diversos níveis, incluindo no campo das emigrações transcontinentais.

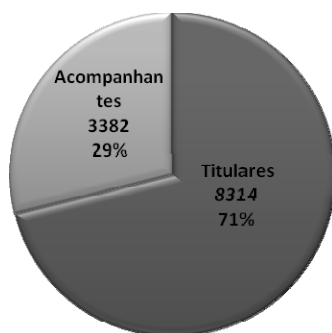
Gráfico n.º 1
Evolução da emigração portuguesa para o Brasil (1890-1950)



Relativamente ao universo que nos ocupa, os emigrantes que partiram para o Brasil com origem no distrito do Porto, constatamos que entre 1914-1918, um total de 11 696 emigrantes requisitaram passaporte para aquele destino junto do Governo Civil do Porto, dos quais 8 314 titulares e 3 382 acompanhantes (gráfico n.º 2), o que representa uma relação de cerca de um acompanhante por cada 2,5 titulares. A título de comparação, em 1912, essa relação era de um para quatro.

Estes números significam que, apesar da vontade política de se caminhar no sentido da titulação individual do passaporte – que culminaria com a lei de 10 de Maio de 1919, que proibiu a emissão de passaportes colectivos –, a verdade é que no período em análise a proporção de indivíduos que emigraram acompanhados acabou por aumentar face aos anos anteriores, ou seja, emigram cada vez mais famílias completas, por oposição à tradicional emigração solitária do chefe de família, que mais tarde chamava o resto da família ou regressava à terra natal.

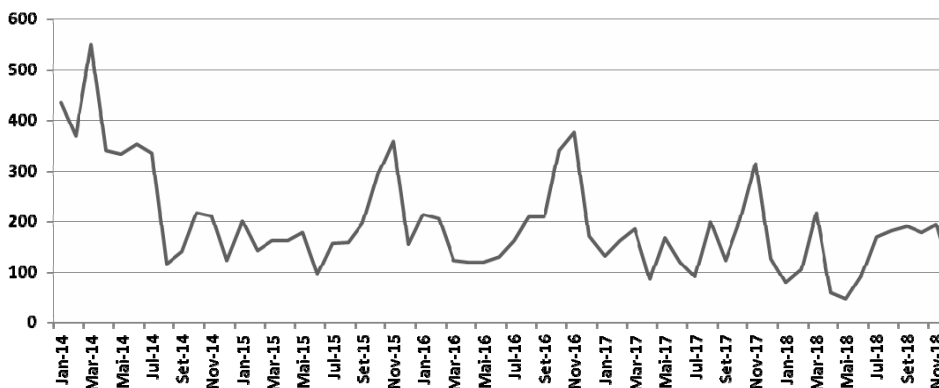
Gráfico n.º 2
Total de emigrantes para o Brasil a partir do distrito do Porto (1914-1918)



Quando analisamos a distribuição da emissão de passaportes por mês (gráfico n.º 3), fica bem patente a relação entre o início do conflito e o decréscimo do número de emigrantes. Em Março de 1914, foram emitidos 550 passaportes, enquanto apenas cinco meses mais tarde, em Agosto, numa altura em que os combates se haviam já iniciado, esse número cai para 117 passaportes.

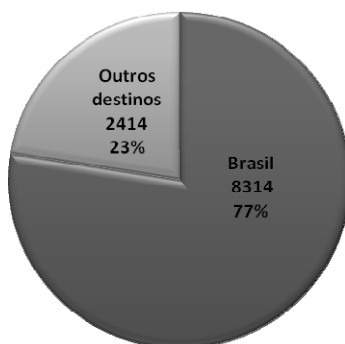
É também curioso notar que, com excepção do primeiro ano de conflito, o pico da emissão de passaportes verifica-se invariavelmente em Novembro, após as colheitas agrícolas e as vindimas, o que traduz a importância da lavoura na economia da região de origem.

Gráfico n.º 3
Total de emigrantes para o Brasil a partir do distrito do Porto (1914-1918)



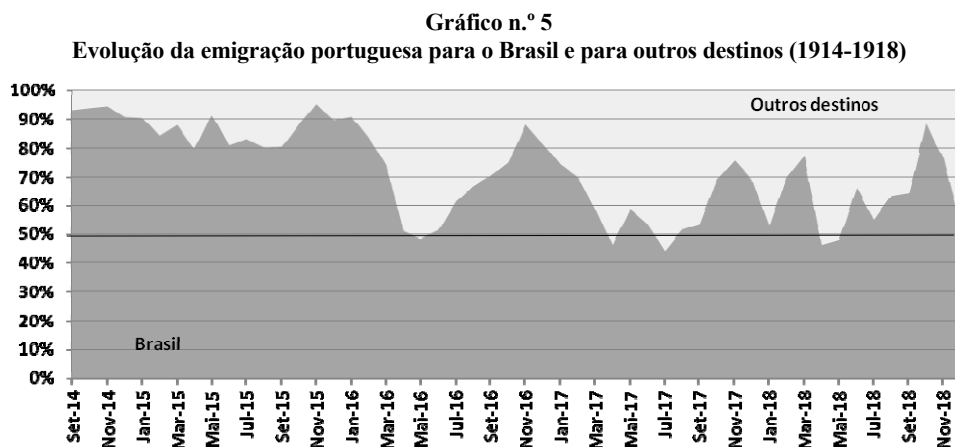
Não obstante a clara redução nos números globais da emigração para o Brasil face aos anos anteriores, a que já aludimos, a verdade é que aquele país continuou a ser esmagadoramente preponderante na hora de escolher o destino. De facto, 77% dos que partiam continuavam a optar pelo Brasil (gráfico n.º 4), quer pela proximidade cultural e linguística, quer pela rede de apoio já estabelecida de familiares e amigos, quer ainda pela necessidade de mão-de-obra que aquele país apresentava, em virtude do crescimento económico que então registava, oferecendo um emprego supostamente seguro e bem remunerado.

Gráfico n.º 4
Distribuição dos titulares de passaporte por país de destino (1914-1918)



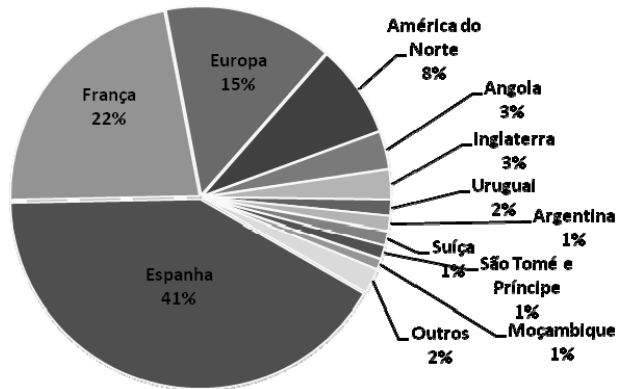
No entanto, se compararmos estes números com os de 1912, ano em que 98,8% dos emigrantes legais viajaram para o Brasil, percebemos que as dificuldades para a realização de travessias transatlânticas provocadas pela Grande Guerra acabaram mesmo por se fazer sentir, impedindo muitos emigrantes de se deslocarem para um Estado tão distante. E convém recordar que não só se tornara mais arriscado e mais caro viajar para um destino tão longínquo, como a própria situação económica do país não ajudava no momento de ter de se despende de tal maquia.

Aliás, neste período observa-se, pela primeira vez na história da emigração portuguesa, que o peso conjunto dos outros países de destino, ainda que de forma pontual, ultrapassa o Brasil. Este facto, até então inédito, regista-se em Maio de 1916, Abril e Julho de 1917, e Abril e Maio de 1918 (gráfico n.º 5). Nestes cinco meses, ainda que por escassa margem, foram emitidos mais passaportes para destinos extra-Brasil do que para o Brasil. É claro que estamos a falar de um grupo de países *versus* um só país, mas de alguma forma estes números, sem ameaçar a posição dominante de um destino secular, representa uma certa mudança de paradigma, que as décadas seguintes viriam a confirmar.



Sendo assim, que países passaram a ocupar a preferência dos emigrantes? Como podemos ver pelo gráfico n.º 6, Espanha, França, Europa (sem especificação do país) e América do Norte (maioritariamente, Estados Unidos) representam 86% dos destinos extra-Brasil. Acima de 1% encontramos ainda dois Estados vizinhos do Brasil, três colónias portuguesas em África e dois países europeus.

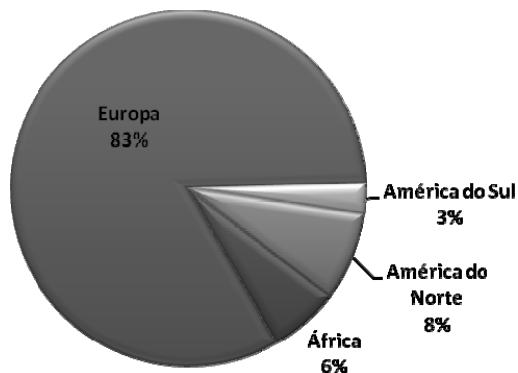
Gráfico n.º 6
Distribuição dos titulares de passaporte por país de destino extra-Brasil (1914-1918)



Se fizermos esta distribuição por continente, ressalta a importância da Europa como território de acolhimento dos emigrantes do distrito do Porto que não iam para o Brasil (gráfico n.º 7). Percebe-se ainda a emergência do continente norte-americano como destino relevante e, por oposição, o absoluto falhanço das políticas preconizadas pelos sucessivos governos portugueses no sentido de desviar a emigração do Brasil para as colónias em África.

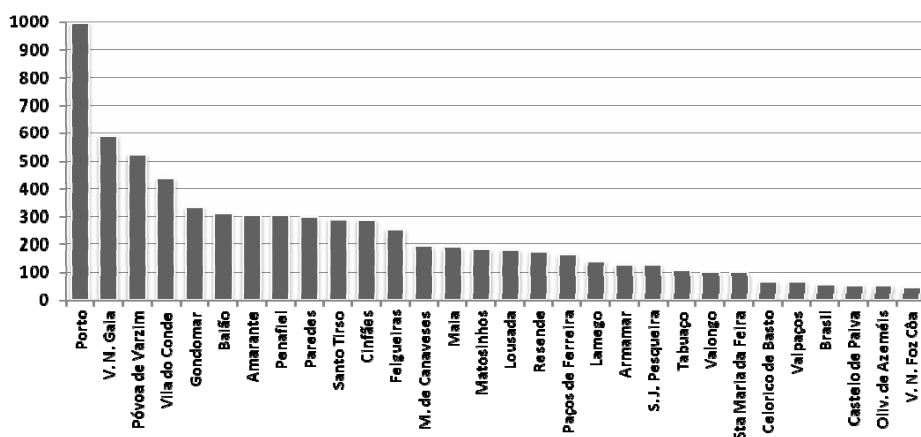
Não deixa de ser curioso a preponderância nas preferências dos emigrantes do distrito do Porto por países onde a Grande Guerra se fazia sentir com maior intensidade, mas a verdade é que, face às dificuldades a que já aludimos nas travessias transatlânticas, estes países europeus ofereciam, apesar de tudo, uma oportunidade mais atraente do que permanecer em território nacional.

Gráfico n.º 7
Distribuição dos titulares de passaporte por continente de destino (1914-1918)



Relativamente aos concelhos de origem dos emigrantes no período em análise (gráfico n.º 8), constata-se um fenómeno interessante em relação aos anos anteriores. Se por um lado, assistimos a uma maior concentração de naturais do concelho do Porto, fruto do acelerado incremento demográfico da cidade, a acompanhar o seu crescimento económico, por outro lado, há uma dispersão mais significativa dos emigrantes pelos restantes concelhos, que reflecte a crescente mobilidade das populações.

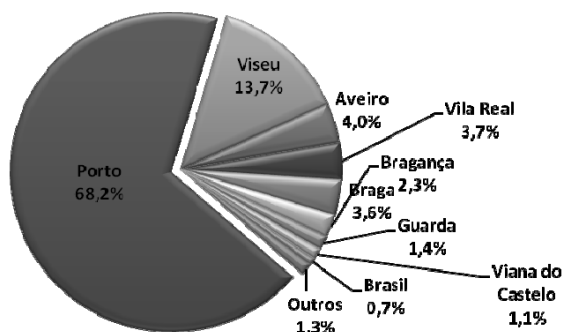
Gráfico n.º 8
Distribuição dos titulares de passaporte por concelho de naturalidade (1914-1918)



No seguimento desta ideia, quando olhamos para a distribuição dos emigrantes por distrito de naturalidade (gráfico n.º 9), constatamos que quase um terço dos emigrantes era natural de distritos que não o Porto (embora, na sua maioria, provindos do norte do país), quando em 1912 esse número representava apenas um sexto deste contingente, a traduzir uma crescente mobilidade interna da população.

É importante lembrar que, independentemente do distrito de naturalidade, de acordo com a lei então vigente, o impetrante teria necessariamente de residir no distrito onde solicitava o passaporte, no nosso caso, o distrito do Porto, já que o Governo Civil local não tinha autoridade para emitir passaportes a residentes de outros distritos.

Gráfico n.º 9
Distribuição dos titulares de passaporte por distrito de naturalidade (1914-1918)

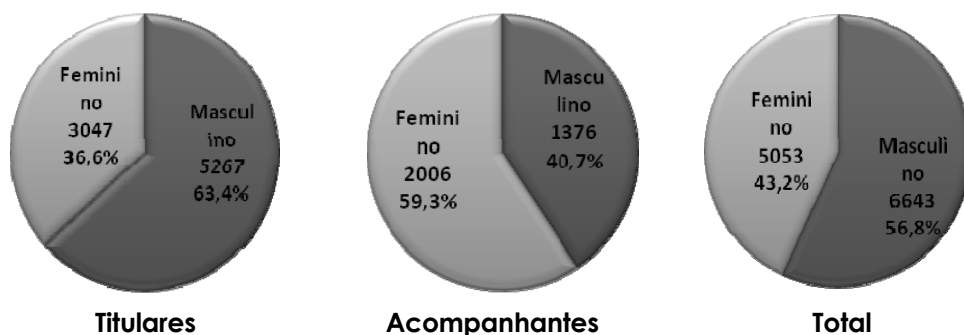


Quanto à distribuição dos emigrantes por sexo, também aqui o contexto da Primeira Guerra Mundial introduziu uma novidade, ao duplicar o peso relativo do sexo feminino, que nos primeiros anos da década de 1910 representava pouco mais de 20% do total do contingente migratório, verificando-se no período em estudo uma distribuição bem equitativa, com cerca de 43% do total de emigrantes (gráfico n.º 10).

A principal explicação para esta mudança assenta na progressiva emancipação da mulher provocada pela Grande Guerra, por força da mobilização de homens para a frente de combate, o que levou a que cada vez mais portuguesas ocupassem uma posição económica e social até então inalcançável, não obstante a retórica republicana no sentido da igualdade de género.

As esposas e as filhas podiam agora mais facilmente ir ter com os seus maridos e pais, que haviam partido para o Brasil nos anos anteriores à Guerra, e cuja vontade de regressar era cada vez menor. De facto, se estavam já longe dos horrores das trincheiras e de um país cada vez mais pobre e caótico, fazia mais sentido que as famílias se lhes juntassem. O regresso destes homens à Pátria era, em boa verdade, uma opção cada vez menos razoável.

Gráfico n.º 10
Distribuição dos emigrantes por género (1914-1918)



Relativamente ao estado civil dos titulares de passaportes, solteiros e casados continuaram, por motivos óbvios, a dominar de forma esmagadora o contingente de emigrantes rumo ao Brasil, por constituírem a maioria da população (gráfico n.º 11).

Contudo, há algumas mudanças importantes a assinalar face ao que até aqui se verificava neste domínio. A percentagem de titulares casados diminui, ao mesmo tempo que a de solteiros, divorciados e viúvos aumentou. É certo que, no caso destes últimos dois grupos, mesmo assim a sua importância no total global é bastante reduzida, mas em termos comparativos com os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, a percentagem de divorciados quintuplica e a percentagem de viúvos duplica.

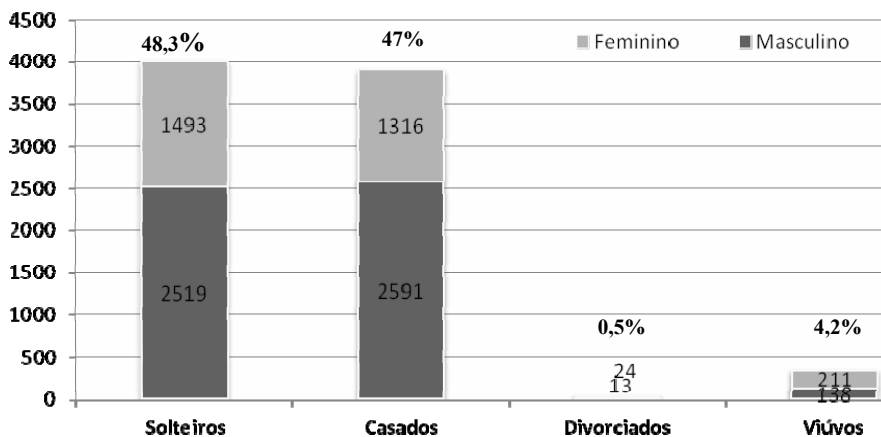
A que se ficam então a dever estes números? O aumento do número de divorciados prende-se claramente com a flexibilização da concessão de divórcios praticada pelo regime republicano, que desta forma libertava os casais do carácter sagrado do matrimónio, ao passo que, antes da implantação da República, o divórcio era apenas concedido em situações muitíssimo excepcionais.

Quanto ao número de viúvos, o seu crescimento deve-se, em parte, às mulheres que, após perderem os seus maridos, nomeadamente na Grande Guerra, e com a família que lhes restava já a viver no Brasil, se aventuravam a partir para o outro lado do Oceano. Porém, olhando para a relação entre estado civil e sexo, ressalta também o número significativo de viúvos, de homens que perdem as suas esposas, decidindo partir para o Brasil para, eventualmente, começarem uma nova vida, pouco os prendendo às suas origens, o que aumentaria a sua predisposição para emigrar.

Atente-se ainda no razoável número de mulheres casadas que requeriam passaporte. Para a total compreensão do significado deste número, seria necessário apurar quantas destas mulheres iam na companhia dos seus maridos, e quantas partiam ao seu encontro, mas uma primeira análise aos processos de passaporte deixa entrever que ambas as situações eram bastante comuns, dado o número de cartas de chamada e outras indicações que fomos encontrando com alguma regularidade e que apontam no sentido de boa parte destas mulheres terem já os seus maridos emigrados no Brasil; por outro lado, o pedido de passaporte individual não significava, longe disso, que estas mulheres viajassem sem os respectivos cônjuges, e a vontade política era precisamente a progressiva adopção desse tipo de passaporte (embora com pouco sucesso, como já tivemos oportunidade de ver).

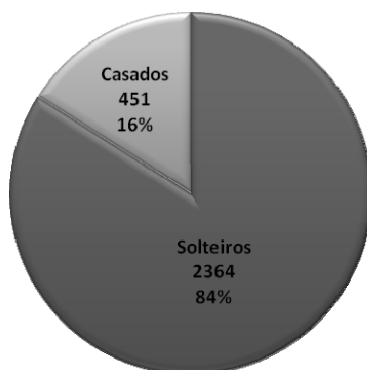
Mas só uma análise aprofundada das fontes nos poderia dar números com um grau de fiabilidade maior, pelo que, nesta ocasião, apenas nos permitimos deixar algumas possibilidades e nenhuma certeza.

Gráfico n.º 11
Distribuição dos titulares de passaporte por estado civil (1914-1918)



Já a explicação para os números relativos ao estado civil dos acompanhantes (gráfico n.º 12) é bastante mais simples. A quase totalidade dos casados é composta por mulheres que acompanhavam os respectivos maridos em direcção ao Brasil, acrescido este grupo de algumas filhas – e apenas mulheres –, que apesar da maioridade e do casamento, viajavam na companhia do pai. Já os solteiros correspondem, grosso modo, aos filhos dos emigrantes, boa parte dos quais menores.

Gráfico n.º 12
Distribuição dos acompanhantes por estado civil (1914-1918)



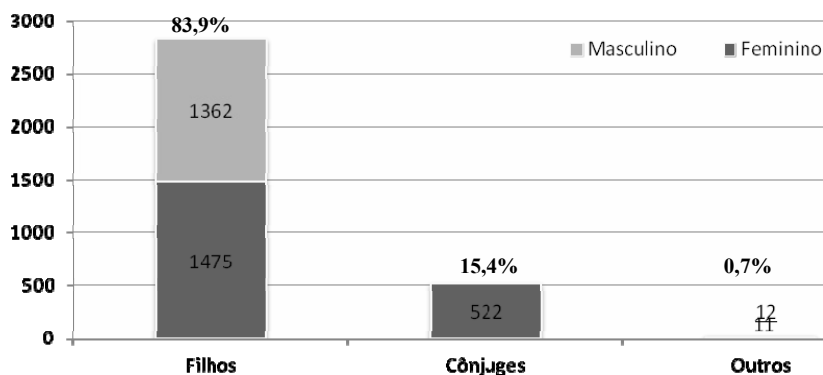
Os valores apontados atrás relacionam-se, assim, directamente com grau de parentesco que ligava os acompanhantes ao titular do passaporte. E como podemos constatar no gráfico n.º 13, quando falamos de acompanhantes, falamos essencialmente de

filhos, que representam 84% deste universo – uma percentagem praticamente igual à dos acompanhantes solteiros.

Já o grupo dos cônjuges, composto apenas por mulheres – era impensável, no período em estudo, ser o marido a acompanhar a esposa – não representa mais do que 15,4% do total de acompanhantes, o que representa um decréscimo das mulheres casadas a viajarem acompanhadas face aos anos anteriores. Outros graus de parentesco – pais, sogros, netos... – praticamente não têm expressão.

Ora, se o peso relativo das mulheres casadas que acompanhavam os seus maridos diminuiu, e se, simultaneamente, o número relativo de acompanhantes, como já tivemos oportunidade de constatar, aumentou, somos obrigados a concluir que o que provocou este aumento no número de acompanhantes foi o facto de os pais viajarem cada vez acompanhados dos respectivos filhos, em vez de os deixarem em Portugal para uma reunião mais tardia.

Gráfico n.º 13
Distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (1914-1918)



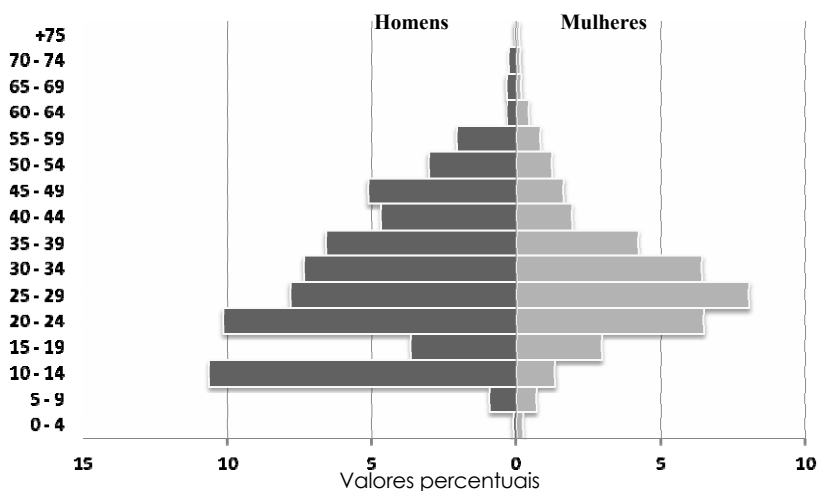
Passando agora à análise das idades dos emigrantes no período da Primeira Guerra Mundial, verificamos que, quanto aos titulares de passaporte, a moda se encontra no grupo etário dos emigrantes entre os 10-14 anos do sexo masculino, que vê a sua importância duplicada face aos anos precedentes (gráfico n.º 14). Esta é outra novidade absoluta trazida pelo contexto da Grande Guerra, que provocou um abaixamento muito significativo da idade média dos emigrantes e uma distribuição bem mais equitativa pelos diferentes grupos etários.

Nos anos anteriores, cerca de dois terços dos emigrantes situavam-se entre os 20 e os 35 anos, mas agora esse grupo não chega a representar 45% do contingente. E o crescimento da percentagem de emigrantes com mais de 35 anos, embora pouco significativa, ajuda também a reforçar a distribuição dos emigrantes por idades.

Fica ainda bem patente no nosso gráfico os valores reduzidos quanto aos emigrantes do sexo masculino entre os 15-19 anos, muito provavelmente em virtude da sua mobilização para o cumprimento do serviço militar, agravado pelo período de guerra que se vivia. A necessidade de mancebos para a frente de combate estava, como vimos, presente no discurso político, e os governos fizeram o que era possível do ponto de vista legislativo para dificultar a saída desses jovens para outras paragens. Sem possibilidade de escapar legalmente à Guerra, de literalmente pagarem a sua liberdade, só tinham duas saídas: emigrar ilegalmente ou combater.

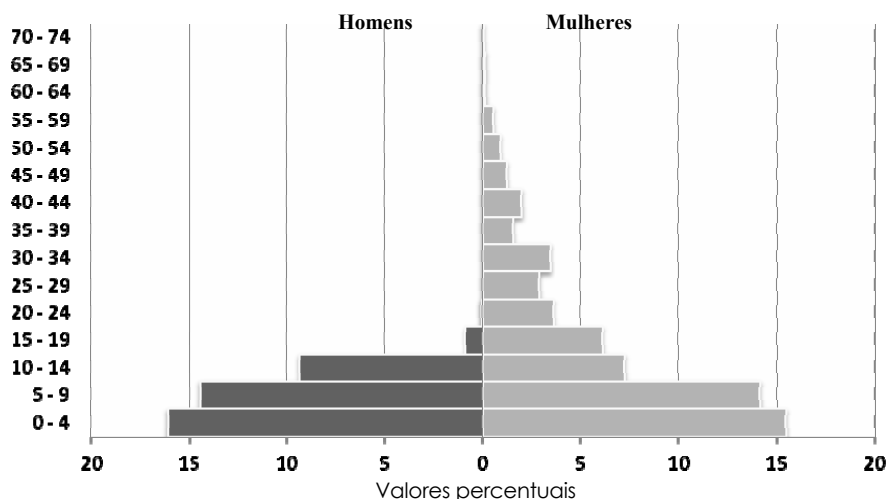
Talvez resida aqui, pelo menos em parte, a razão do aumento tão significativo de emigrantes com menos de 14 anos, o temor dos pais pelas vidas dos seus jovens filhos, numa altura em que a Guerra se arrastava sem fim à vista. O medo de uma futura mobilização certamente se acrescentava à longa lista de razões e motivações para uma “fuga” rápida de Portugal.

Gráfico n.º 14
Distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários (1914-1918)



A distribuição dos acompanhantes por grupos etários (gráfico n.º 15) revela a estrutura habitual da emigração portuguesa para o Brasil, com uma população muito jovem (75% com menos de 14 anos), a reflectir o facto de ser composta maioritariamente pelos filhos dos titulares de passaporte. Apenas gostaríamos de assinalar que, no período em análise, não há um único acompanhante do sexo masculino com mais de 20 anos, ou seja, os homens maiores de idade viajavam sempre com passaporte próprio, enquanto 16% das mulheres tinham 20 ou mais anos, correspondendo com uma ou outra excepção, às esposas que acompanhavam os maridos e, em muito menor grau, às filhas que acompanhavam os pais.

Gráfico n.º 15
Distribuição dos acompanhantes por grupos etários (1914-1918)



No que diz respeito às profissões desempenhadas pelos emigrantes na altura da sua partida, as fontes apenas nos oferecem dados para os titulares de passaporte, o que acaba por ter pouca importância nos resultados finais, uma vez que os acompanhantes eram fundamentalmente crianças menores de idade e mulheres, dois grupos que, pelo menos oficialmente, não praticavam qualquer actividade profissional (embora seja por todos sabido que a realidade era substancialmente diferente quer num grupo, quer no outro).

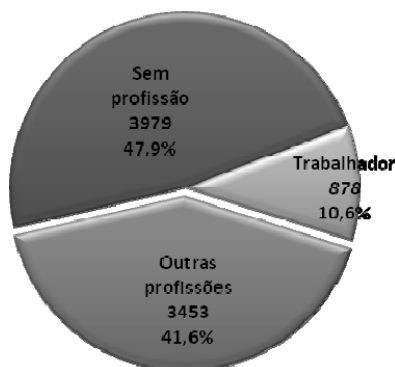
Ora, segundo os dados que conseguimos apurar, vertidos no gráfico n.º 16, existem três grandes grupos quanto às profissões exercidas pelos emigrantes; os trabalhadores indiferenciados, os emigrantes sem profissão e os trabalhadores com uma actividade específica.

O grupo dos indiferenciados, não constituindo mais do que 10% dos emigrantes, mostra-nos uma grande evolução face aos anos anteriormente trabalhados por nós, já que este conjunto representava, em 1912, cerca de um terço dos emigrantes. Se esta mudança se deve a uma real evolução das condições profissionais dos trabalhadores portugueses que se passaram a especializar numa determinada actividade, ou a um maior rigor por parte dos serviços do Governo Civil do Porto, não sabemos. Provavelmente, a resposta certa residirá na conjugação dos dois factores, somados a outros, como a crescente exigência na hora de emitir o passaporte, que levava os emigrantes a “treinarem” o que dizer, de forma a verem o seu pedido mais facilmente satisfeito.

Por outro lado, o enorme crescimento do grupo de emigrantes sem profissão, cujos números percentuais mais do que duplicam, encontra a sua explicação na maior

importância das mulheres e das crianças titulares de passaporte, e que oficialmente, como ainda agora afirmámos, não desempenhavam qualquer profissão.

Gráfico n.º 16
Distribuição dos titulares de passaporte por grupos quanto às profissões (1914-1918)



Já a fatia dos que exerciam profissões propriamente ditas, que corresponde a 41,6% do universo de impetrantes, merece uma atenção mais particular. Se o número de designações de profissões continua a ser, como no passado, bastante elevado, tendo na nossa pesquisa encontrado mais de cem profissões diferentes, a verdade é que boa parte dessas profissões se concentra em sectores de actividade muito específicos e bem diferentes daqueles que até então ocupavam os primeiros lugares (gráfico n.º 17).

A principal diferença em relação aos primeiros anos da década de 1910 reside na importância adquirida pelos homens de negócio (industriais, capitalistas), empregados comerciais e proprietários (não só rurais, mas também urbanos), que passaram a constituir os principais grupos socioprofissionais dos emigrantes. Só depois se seguem os sectores tradicionais da emigração, e que constituíam o grosso da população activa portuguesa, como a agricultura (lavradores, agricultores), mobiliário (marceneiros, carpinteiros, entalhadores), pescas (pescadores, marítimos) e construção civil (trolhas, pedreiros, pintores, caiadores) – e que de resto, uma vez chegados ao Brasil, dificilmente exerceriam a mesma actividade.

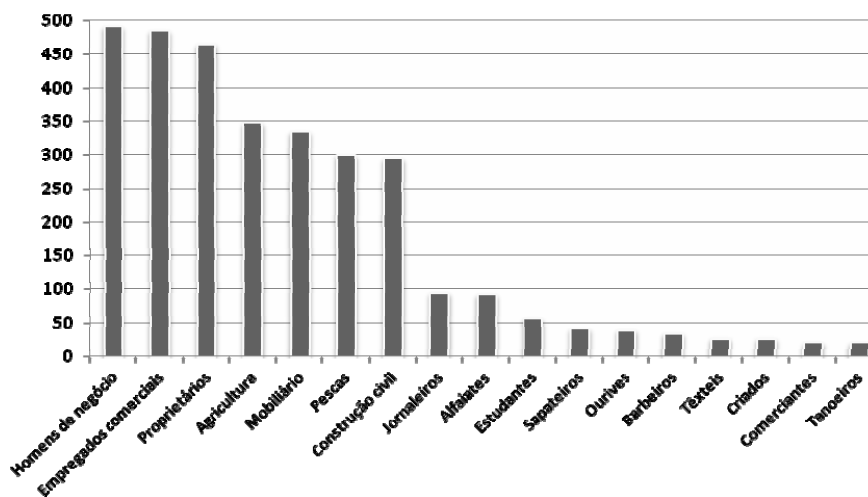
Mais uma vez, o contexto da Guerra provocou uma clara mudança da estrutura social e profissional dos emigrantes, pois é sabido que as classes mais abastadas escapavam com muito mais facilidade aos rigores e exigências dos períodos mais críticos. Podiam suportar o aumento do custo das passagens, o seu dinheiro ajudava a contornar a lei e a ultrapassar eventuais obstáculos, e o conhecimento que detinham do mundo dos negócios e da prosperidade no Brasil alimentava-lhes a vontade de aplicarem lá o seu capital, de modo a aumentá-lo.

Também os empregados ligados ao comércio, com cada vez menos possibilidades de arranjar um emprego compatível com a posição que, apesar de tudo, detinham, viam no florescente comércio brasileiro uma forma de subirem na vida, quiçá tornando-se eles próprios donos de um estabelecimento comercial.

As classes trabalhadores mais remediadas, ligadas a sectores tradicionalmente mais pobres, embora muito maiores em número, tinham agora menos possibilidades financeiras para viajar, e eram mais facilmente mobilizados para a Guerra.

Por outras palavras, estes dados não resultam de qualquer transformação social em Portugal, uma vez que o País não estava definitivamente mais rico do que no passado, nem se dedicava agora a outro tipo de actividades, mais ligadas ao sector terciário. São sim o resultado de um contexto que dificultou a vida à maioria dos indivíduos, pondo assim em maior evidência os que menos foram afectados na sua possibilidade de emigrar.

Gráfico n.º 17
Distribuição dos titulares de passaporte por profissão (1914-1918)

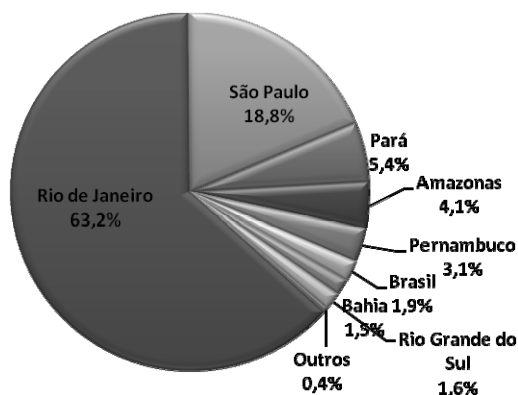


Finalmente, quanto ao destino dos emigrantes no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo – já na altura os grandes pólos demográficos e económicos do Brasil – continuaram a recolher a preferência da esmagadora maioria dos emigrantes, representando 82% do total. Os estados do Pará e Amazonas também alcançam números importantes, sendo o destino de quase 10% dos emigrantes portugueses neste período, mantendo a relevância que já vinha dos anos anteriores.

Claro que estes números, especialmente no que se refere ao Rio de Janeiro, podem ser enganadores, uma vez que, sem uma ideia muito concreta do que fariam e de onde se fixariam, a maior parte dos emigrantes limitava-se no seu pedido a men-

cionar a capital brasileira como o seu destino, pois o mais importante era, de facto, “chegar”. O mesmo já não deveria acontecer quando o destino era um estado menos importante, já que não faria sentido uma menção tão específica se não fosse esse o local exacto ou, no mínimo, aproximado de desembarque e fixação.

Gráfico n.º 18
Distribuição dos emigrantes por destino no Brasil (1914-1918)



Conclusão

Pelos dados que recolhemos e aqui apresentámos, parece-nos evidente que a Primeira Guerra Mundial, conjugada com outros factores directa ou indirectamente relacionados com ela, alterou as características da emigração portuguesa.

Das principais alterações assinaladas no nosso trabalho, gostaríamos de assinalar o crescimento notável do peso relativo das mulheres emigrantes, dos emigrantes provinidos do sector terciário e do mundo dos negócios, e a importância da faixa etária entre os 10-14 anos, por oposição à descida acentuada da faixa entre os 15-19 anos.

Tentámos avançar com algumas possíveis explicações para cada um destes aspectos, embora o nosso principal objectivo fosse apresentar os números, e estes, por si só, são manifestamente insuficientes para uma explicação cabal da realidade. Ao nosso contributo têm certamente que se juntar outros, de modo a, em conjunto, os números ganharem uma expressão qualitativa. Mas de qualquer forma, é seguro afirmar que a Primeira Guerra Mundial alterou uma estrutura que se mantinha há décadas, modificando significativamente o perfil do emigrante português.

Mesmo a descida gradual e inédita da importância do Brasil como país de acolhimento – embora mantendo-se destacadamente no topo das preferências – motivada pela dificuldade nas navegações transatlânticas, pela carestia que dificultava a com-

pra da passagem e pela mobilização de milhares de homens para a frente de combate, acaba assim por ser uma consequência directa da Grande Guerra e das mudanças económico-sociais que ela implicou.

As décadas seguintes confirmariam algumas das alterações ocorridas entre 1914 e 1918, com o Brasil a não mais alcançar os números do início da década de 1910, com a emergência de outros destinos na preferência daqueles que emigravam, com a emigração a deixar de ser tão predominantemente masculina e cada vez mais familiar. É certo que a Primeira Guerra Mundial não foi a única responsável e que alguns aspectos do perfil da emigração não acompanharam esta alteração, mas o impacto imediato e, a alguns níveis, a médio e longo prazo daquele que foi o primeiro acontecimento de nível verdadeiramente global, é, ousamos afirmá-lo, absolutamente indiscutível.

Após a Primeira Guerra Mundial nada ficou como dantes, mesmo a nível de questões aparentemente tão distantes desse acontecimento, como é o caso da emigração do distrito do Porto para o Brasil.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Distrital do Porto – *Livros de registo de passaportes e maços de processos de passaportes* (1914-1918).

DIÁRIO da Câmara dos Deputados, 1916.

Instituto Nacional de Estatística – *Anuário Demográfico. 1952*. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1953.

Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais – *Anuário Estatístico de Portugal. 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística – *Estatística Demográfica. Movimento da População (1912-1916)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918.

Bibliografia

FERREIRA, Diogo, 2011 – *A emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil. Dos finais da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)*. Tese de doutoramento em História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (poli-copiado).

- FERREIRA, Diogo; ROCHA, Ricardo, 2009 – "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências" (em colaboração com Ricardo Rocha), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc.
- ROCHA, Ricardo, 2010 – “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, 2010 – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.), 2009 – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.